



# **A resistência do lugar e o grafite: identidade, cidadania e meio ambiente no Distrito do Grajaú em São Paulo – SP**

The place's resistance and graffiti: identity,  
citizenship and environment in Grajau district in  
São Paulo – SP

*Anderson Akio Shishito, Unesp-Rio Claro,  
akiounesp@gmail.com*

*Fabricio Gallo, Unesp-Rio Claro, fgallo@rc.unesp.br*

## RESUMO

O presente artigo propõe discutir o grafite na periferia da cidade de São Paulo (SP) como uma manifestação territorial. O grafite é um fenômeno urbano que compõe e propõe uma relação viva, direta e de fácil assimilação com a cidade. Sendo o grafite uma forma de expressão genuína do indivíduo que o produz em consonâncias com suas experiências cotidianas, a dialética socioespacial que se apresenta nele o torna importante instrumento de representação da cidade. Nesse contexto, a interação entre o grafite, as pessoas e a cidade ganha destaque nessa análise, que tem como objeto de estudo o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Imargem no distrito do Grajaú. Através de uma ação multidisciplinar, o coletivo utiliza a linguagem do grafite como principal ferramenta para fomentar a comunicação e discussão de questões relevantes à comunidade a qual atuam. Temas como a ampliação da noção de pertencimento da população ao espaço vivido e a visibilidade das demandas locais são comuns entre suas práticas. Desse modo, consideramos a força dos lugares, entendendo que o lugar não é um pano de fundo impassível e neutro, mas um condicionante condicionado, dotado de um dinamismo próprio e revestido de autonomia. Trata-se, então, de analisar a ação do grafite como arte acessível e politizada, focada na democratização da cultura e do direito à cidade, ressignificando o espaço em suas múltiplas dimensões, ou melhor, uma atuação contra-hegemônica com foco na difusão da possibilidade de uma experiência urbana mais solidária e justa.

**Palavras Chave:** uso do território; lugar; grafite; Grajaú - SP

## ABSTRACT

This paper proposes to discuss graffiti in the outskirts of the city of São Paulo (SP) as a territorial manifestation. Graffiti is an urban phenomenon that composes and proposes a lively, direct and easily assimilated relationship with the city. Being graffiti a genuine form of expression of the individual that produces it in consonance with his daily experiences, the social-spatial dialectic in it presented makes it an important instrument of representation of the city. In this context, the interaction between graphite, people and the city is highlighted in this analysis, whose study object is the work developed by the Imargem Collective in Grajaú district. Through a multidisciplinary action, the collective uses the graffiti language as the main tool to foster communication and discussion of relevant issues to the community in which they work. Themes such as the expansion of the population belonging to the space notion and the visibility of local demands are common among their practices. In this way, we consider the strength of the places, understanding that the place is not an impassive and neutral background, but a conditioned conditioner, endowed with a dynamism of its own and clothed with autonomy. This is about to analyze the action of graffiti as accessible and politicized art, focused on the democratization of culture and the right to the city, resorting space in its multiple dimensions, a counter-hegemonic action focused on the diffusion of the possibility of a more solidary and fair urban experience.

**Keywords:** use of territory; place; graffiti; Grajaú – SP

## INTRODUÇÃO

No atual momento da globalização, as cidades, sobretudo as grandes metrópoles dos países periféricos, sofrem com o crescimento exacerbado e desorganizado de suas urbes em um curto período de tempo. Ao longo de sua existência histórica, a cidade nos desafia a um emaranhado de possibilidades interpretativas. É uma sobreposição de camadas e de narrativas, de formas e conteúdos distintos e combinados, de usos diferenciados dos espaços públicos e privados, é o lugar da ação e da reprodução do cotidiano.

Espaço de todos os trabalhos e de todos capitais (SANTOS, 2012), a cidade, como centro dinâmico do período baseado no crescimento da indústria, atraiu multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. Tal evento, ampliou a diversidade socioespacial, manifestada pela produção de materialidades contrastantes no solo urbano, bem como, pela presença de formas de trabalhos e de vidas segregativas.

Para Santos (2013) a crise urbana pode ser aferida pelo rápido processo de crescimento das cidades, onde, diferente do crescimento grafativo que ocorreu nos países ricos desde a primeira onda de urbanização, cujas cidades se tornaram lentamente metrópoles e, em seguida, necrópoles<sup>1</sup>. No caso dos países periféricos “as cidades destinadas a ser grandes crescem rapidamente e rapidamente se transformam em necrópoles, se já não nascem assim” (SANTOS, 2013, p.70).

Entendendo o espaço urbano como o “conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si” (CORRÊA, 2004), tal diversidade socioespacial irá definir a organização espacial urbana. Santos (2012 p.323) amplia essa definição, quando afirma que, por um lado, “a cidade é um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedades”, rígidas na sua vocação internacional e, por outro lado, “dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e [...] de trabalho” (SANTOS, 2013, p. 74). Ou seja, ao mesmo tempo pode ser fragmentada e articulada, condicionante e condicionada, expressando um conjunto de símbolos e um constante campo de lutas de interesses de naturezas diversas.

A situação dos grandes centros urbanos brasileiros no período da globalização é esquizofrênica, uma vez que as cidades são impulsionadas a modernização de alto nível sem ter alcançado os direitos e objetos sociais básicos.

Na encruzilhada da tecnificação dos espaços “luminosos” e dos espaços “opacos”<sup>2</sup>, Santos nos elucida:

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os

<sup>1</sup> Milton Santos (2013, p. 70) ao analisar Lewis Mumford, discorre que o termo necrópole seria o destino final da evolução das grandes cidades europeias e norte-americanas.

<sup>2</sup> Milton Santos criou as categorias “espaço luminoso” e “espaço opaco” para indicar a força do homem lento, aquele que habita os “espaços opacos”, orgânicos, que se opõe e cria resistência aos “espaços luminosos”, onde se imprime a força das ordens e normas das classes dominantes e das grandes corporações.

espaços do aproximativo e da criatividade, oposto às zonas “luminosas”, espaços da exatidão. (SANTOS, 2012, p. 325)

Nessas circunstâncias, convivem na cidade - “flexibilidades” e “imobilismos” radicais -, o que demanda um diálogo cada vez mais interdisciplinar para o entendimento de suas diversas materialidades e tempos.

Sob esse contexto, o grafite é um fenômeno urbano que compõe e propõe uma relação viva, direta e de fácil assimilação com a cidade. Arte para uns, poluição visual para outros, a evidência é que os grafites já fazem parte do cotidiano urbano das cidades, sobretudo das grandes metrópoles. Sendo o grafite uma forma de expressão genuína do indivíduo que o produz em consonâncias com suas experiências cotidianas, a dialética socioespacial que se apresenta nele o torna importante instrumento de representação da cidade ou das diversas cidades dentro da paisagem urbana.

Desse modo, o presente trabalho busca entender as possibilidades de apropriação e uso do território (SANTOS, 1994; SANTOS et al., 2000, 2012; SILVEIRA, 2009), bem como, a produção de novas materialidades, através da atuação de grafiteiros em espaços periféricos da cidade de São Paulo.

Em outras palavras, estendemos nossa análise para além da expressão puramente estética que tal materialidade agregada à paisagem cultural urbana, mas também, na indissociabilidade do caráter de produção de subjetividades no território. Para tanto, nos apoiamos na análise dialética do espaço geográfico pelas categorias: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 2013) de forma que o grafite: a) se entrepõe na estrutura da própria sociedade, reproduzindo suas características política, sociais, econômicas e culturais na própria configuração territorial urbana; b) participa do processo, quando o consideramos dentro do conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta historicamente; c) atua como função, uma vez que, tal evento, dentro de sua diversidade, permite sua existência e sua reprodução social (seja como expressão de coletivos urbanos que buscam visibilidade, seja como elemento que possa, seletivamente, “valorizar” de forma diferencial o espaço urbano); d) atua como forma, quando empiricizado como criação humana, materializada ou não.

Desse modo, ressaltamos que o grafite é uma ferramenta operacional profícua para o entendimento da cidade, dentre a diversa gama das materialidades que a compõe.

Levando em consideração a complexa constituição da cidade de São Paulo, sobretudo o forte processo de segregação e suas consequências ao território, focaremos nossa análise sobre uma fração específica da metrópole, o Distrito do Grajaú – (subprefeitura da Capela do Socorro) no extremo sul da capital paulista.

Considerado como um espaço sem interesse ou perigoso pelo pensamento dominante, o Grajaú – como a maioria das zonas periférica desassistidas das grandes metrópoles – oferece materializações de racionalidades alternativas. Podemos relacionar o espaço desse bairro às noções propostas por Santos (2013), quando discorre sobre o espaço do aproximativo e não da exatidão, espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados ou racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem, são espaços com menos técnica empregada e mais inventividade, produtora de saberes relacionado à apropriação socialmente necessária dos recursos disponíveis.

Na relação dialética com o espaço vivido<sup>3</sup> (LEFEBVRE, 2006), nas múltiplas alternativas de racionalidades e com papel ativo na produção de novas materialidades a atuação do coletivo urbano ligado ao grafite – “Projeto Imargem” -, no distrito do Grajaú, nos dá subsídio para a análise da multiplicidade de uso e apropriação diferenciada do território, em busca da ressignificação frente a constante marginalização a qual são postos.

Assim, em busca de melhor estruturar nossa proposta de análise, discorreremos, inicialmente, sobre a fragmentação urbana da cidade de São Paulo e a subsequente expansão de sua periferia para, depois, refletirmos a cerca das particularidades da atuação do Coletivo Imargem no Distrito do Grajaú, sobretudo, como ação e resistência à lógica segregadora do capital nas grandes cidades.

### **A FRAGMENTAÇÃO URBANA E A EXPANSÃO DA PERIFERIA PAULISTANA – O DISTRITO DO GRAJAÚ**

A partir da década de 1970, fruto de um modelo de ocupação polarizado e desigual, o processo de periferização vem se intensificando na cidade de São Paulo. Tal modelo de expansão urbana potencializou a ocupação da cidade por loteamentos clandestinos e favelas. Ao discorrer sobre a gênese da crise urbana no Brasil, Carlos (2015, p.33) aponta a desigual relação ao acesso a propriedade privada da terra como o pilar central desse fenômeno:

A nosso ver, no centro da crise urbana, está o poder conferido pela propriedade privada da terra que cria as atuais normas de acesso à cidade, tanto no que se refere a moradia, como às condições de vida, expressas nas contradições entre a riqueza e a pobreza; uma cidade que se produz em função de necessidades e objetivos que fogem àqueles do conjunto da sociedade – particularmente da classe trabalhadora.

O paradigma do acesso a propriedade privada na cidade, correlaciona a expansão das áreas periféricas com a procura de parte da classe trabalhadora por habitações em áreas mais acessíveis economicamente. Desse modo, potencializa-se o surgimento de ocupações precárias em áreas sem a presença mínima das três políticas urbanas estruturais – transporte, habitação e saneamento (MARICATO, 2015) - e expostas a risco de degradação ambiental.

A falta de planejamento na ampliação dessas áreas tem sido característica marcante desse processo, ao tempo que a autoconstrução<sup>4</sup> da moradia pelo pobre tem sido uma das maiores evidências empíricas da limitada força integradora da política urbana brasileira. Essa última coexistiu com a acumulação capitalista durante todo o período de industrialização no Brasil, particularmente, entre as décadas de 1940 a 1980, quando a industrialização com baixos salários correspondeu a uma urbanização com igualmente baixos recursos (MARICATO, 2015).

<sup>3</sup> Refere-se ao conceito criado pelo autor quando desenvolve sua teoria sobre a produção do espaço. Elucida que o objetivo da teoria social é compreender no espaço o desenvolvimento de atividades sociais, distinguindo o espaço geométrico e mental do espaço social. Assim, enfatiza o caráter dialético do espaço, em detrimento dos aspectos puramente formais.

<sup>4</sup> Refere-se ao processo no qual os próprios habitantes assumem diretamente a gestão da produção de suas moradias, adquirindo material e trabalhando nas obras de construção, é comum nessa prática a troca de mão de obra entre vizinhos da mesma comunidade, o chamado “mutirão”. Apesar da ideia (senso comum) de que essa prática está ligada ao aprofundamento da precariedade habitacional de grandes massas, descartamos aqui o entendimento da contradição que esse evento promove, uma vez que, a autoconstrução apresenta-se também como alternativa potencial ao enfrentamento da população de baixa renda frente a problema habitacionais (SÁ, 2009).

Assim, o agravamento dos problemas sociais nas metrópoles brasileiras é alimentado pela forma de apropriação do espaço, marcado por um violento contraste social, escorado e difundido pelo modelo de cidade neoliberal.

Para Santos (2013, p.74) a lógica neoliberal de produção do espaço urbano não se dá de forma homogênea, sobretudo nos países periféricos:

Mas a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao meio ambiente construído, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização opõe-se a maior parte da aglomeração, onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, aqueles espaços opacos que aparecem também como zonas de resistência. É nesses espaços constituídos por formas não-atualizadas que a economia não-hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência. É nessas condições que as grandes cidades do Terceiro Mundo são, por um lado, rígidas na sua vocação internacional e, por outro, dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho.

Davis (2006, p.105) sintetiza esse sistema de exclusão, apontando os principais agentes envolvidos:

A segregação urbana não é um status quo inalterado, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média.

Outro problema marcante desse processo é a degradação ambiental gerada por ocupações em áreas de riscos e de mananciais hídricos. Tais áreas, por sua vez, configuram-se nas únicas possibilidades de ocupação de parcela significativa da classe trabalhadora, seja porque são muito desvalorizadas no mercado de terras, devido às características de risco e a falta de infraestrutura urbana, ou porque são públicas e/ou de preservação. Davis (2006, p.127) alerta que só o distanciamento das infraestruturas básicas, não é suficiente para a permanência dos ocupantes em tais áreas: a combinação do fator locacional com a degradação ambiental torna-se fundamental para viabilizar a permanência em longo prazo pois é “exatamente por ser tão perigoso e desagradável, que o local oferece proteção contra o aumento do valor dos terrenos” no futuro, considerando habitual processo que a especulação imobiliária exerce nesses lugares.

Na capital paulistana, o crescimento demográfico e a expansão urbana horizontalizada, proporcionou a caracterização de uma periferia heterogênea além da subsequente condição de pobreza e de fragilidade social e ambiental.

Nos últimos 30 anos, a cidade de São Paulo canalizou sua expansão em dois grandes eixos vetoriais, regiões leste e sul, sendo essa última, em grande parte, inserida em área de proteção a mananciais e com ritmo de crescimento urbano intensificado (MEYER et al., 2004).

No caso específico do distrito do Grajaú, há um tipo peculiar de periferia decorrente de seu caráter geográfico de “fronteira urbana”, também conhecida como hiperperiferia<sup>5</sup> (TORRES, 2001). Esse tipo de periferia configura-se como zonas de transição demarcadas pelo avanço crescente do urbano sobre o campo - no referido caso, áreas de proteção a mananciais - e estes elementos revelam o elevado grau de vulnerabilidade social e ambiental destas áreas hiperperiféricas e de fronteira urbana.

Situado na área administrada pela subprefeitura da Capela do Socorro, o Grajaú é o distrito paulistano mais populoso entre os 96 que compõem a cidade, com 360.787 habitantes (IBGE, censo demográfico, 2010) e se destaca por apresentar números preocupantes frente a indicadores de bem estar social. Segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)<sup>6</sup>, o distrito do Grajaú é classificado como área de vulnerabilidade alta e muito alta, sendo esse o resultado da combinação de famílias jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas ou, em outras palavras, figura como setor censitário com grande déficit em termos da dimensão socioeconômica (Fundação Seade, 2000).

É, portanto, uma região densamente habitada – maioria crianças e jovens – que enfrentam, diariamente, imensas dificuldades, de diferentes naturezas. É lá também que se encontra a Represa Billings<sup>7</sup>, um dos principais mananciais de água doce da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que sofre com a falta de políticas públicas que priorizem a preservação de suas águas e do meio ambiente em seu entorno.

### **ATUAÇÃO DO COLETIVO IMARGEM – AÇÃO E RESISTÊNCIA À LÓGICA SEGREGADORA DO CAPITAL NAS CIDADES**

Dentro do contexto supracitado, de constituição da metrópole paulistana, o presente trabalho aborda a atuação do coletivo Imargem como possibilidade de enfrentamento da difícil realidade de escassez, vulnerabilidade e isolamento das comunidades que vivem às margens da Represa Billings, região do Grajaú, no município de São Paulo.

Idealizado pelo grafiteiro, e autointitulado “Agente Marginal”, Mauro, o Coletivo Imargem completou 10 anos de existência no ano de 2016. Nessa longa caminhada, inúmeras atividades foram realizadas dentro e fora do distrito do Grajaú.

Através de uma ação multidisciplinar, o coletivo utiliza a linguagem do grafite como principal ferramenta para ampliar e fomentar a comunicação e discussão de questões relevantes à comunidade a qual atuam. Temas como, a ampliação da noção de pertencimento da população

---

<sup>5</sup> A hiperperiferia pode ser caracterizada, de modo preliminar, como sendo constituída por aquelas áreas de periferia que ao lado das características mais típicas destes locais - pior acesso a infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc - apresentam de forma condensada condições adicionais de exclusão urbana, tais como, problemas ambientais específicos.

<sup>6</sup> O IPVS é medido segundo a combinação entre a condição socioeconômica e demográfica, definidas a partir de oito variáveis (refletindo renda, escolaridade e ciclo de vida familiar).

<sup>7</sup> A represa Billings foi construída inicialmente para a geração de energia elétrica na Usina Henry Borden e também para receber água do rio Tietê e seus afluentes, com o objetivo de diminuir as enchentes na cidade de São Paulo. Posteriormente outras práticas foram atribuídas a represa, tais como, condomínios implantados sem infraestrutura de saneamento ao seu redor, obras viárias, crescimento urbano desordenado em suas margens, comprometendo gravemente tanto a qualidade como a quantidade de suas águas.

local ao espaço vivido e a propagação e visibilidade das demandas regionais objetivando diretrizes transformadoras, são comuns entre suas práticas.

Segundo a definição do coletivo, o Imargem propõe “um olhar cuidadoso para a paisagem povoada da periferia, fomentando o pensar e agir diante das potencialidades e problemáticas da sociedade, da margem à centralidade da cidade, ampliando os olhares e procurando aguçar as sensibilidades de todos para o espaço urbano”<sup>8</sup>.

O coletivo Imargem fundamenta seu trabalho sobre três eixos temáticos centrais: a arte, a convivência e o meio ambiente. Para o coletivo, a arte é entendida como instrumento potente de expressão e interlocução; a convivência como mecanismo de explicitação de interesses, de construção de consensos e de enfrentamento dos preconceitos; e o meio ambiente como o resultado da relação conflituosa entre a ocupação humana desordenada e as paisagens da cidade.

Apesar das atividades do Coletivo Imargem não se restringirem somente a escala do distrito do Grajaú<sup>9</sup>, o “lugar comum” de suas ações ressaltam a área de proteção ambiental - comunidades que vivem às margens da Represa Billings -, a desassistência por parte do poder público – falta de planejamento ou ação pública insuficiente - e a interlocução com os moradores locais. É sobre essa consciência que o coletivo delimita a metodologia de intervenção, por meio de ações como: murais, esculturas, reciclagem, oficinas, encontros de grafite, reprodução áudio-visual, teatro e debates articulados nos eixos de arte, meio ambiente e convivência.

Parte peculiar da metodologia do Imargem é expressa na maneira como o grupo se organiza coletivamente, segundo seus idealizadores: “o Imargem não é visto só como um grupo, não é de uma pessoa, o Imargem tem a ver com um conceito muito mais amplo que independe de um grupo específico, trata-se de ações interligadas para a imagem da margem”<sup>10</sup>.

Além de ações particulares ao Imargem, o coletivo também atua em parceria com outros grupos e projetos sociais da região, alguns exemplos dessa parceria são: o “Projeto Remada na Quebrada - Meninos da Billings”<sup>11</sup>, a “Casa Ecoativa”<sup>12</sup>, o “Ateliê da Margem”<sup>13</sup>, entre outros.

Essa trajetória de ações culturais sinérgicas, brevemente descrita nos parágrafos acima, reflete um modelo de cidade reivindicado por esses grupos e é na luta pelo direito à cidade que tais ações se afirmam, possibilitando o que Holston (2013) chamou de “cidadanias insurgentes”. Segundo o

---

<sup>8</sup> Frase retirada da web site do coletivo: <http://imargem.art.br/>. Acesso em 07/11/2016.

<sup>9</sup> Através de exposições, oficinas e da ação diretamente ligada a rua, o coletivo Imargem atua em todas as regiões da cidade, fato marcante em seus trabalhos é a presença do jogo de palavras, “ver a cidade” e “veracidade”, que instiga o interlocutor a interpretação de processos de exclusão na cidade. É preciso conferir “veracidade” à desigualdade que constrói a cidade neoliberal, para que possamos “ver a cidade” enquanto processo e possibilidade.

<sup>10</sup> Fala obtida em trabalho de campo em encontro com os idealizadores do Imargem, realizado em Setembro de 2015.

<sup>11</sup> O projeto utiliza o esporte, no caso a canoagem, como ponto de acesso da comunidade às águas da represa Billings, buscando resgatar a identidade cultural dos que moram em suas margens.

<sup>12</sup> A casa Ecoativa é um centro cultural localizado na Ilha do Bororé, às margens da Represa Billings, extremo sul da capital paulista. Este espaço público da cidade ficou oito anos inativo, sem garantir a sua função social devido a questões políticas. A partir de um processo de mobilização comunitária que conectou os grupos culturais atuantes da região do Grajaú, o espaço da casa Ecoativa se tornou um organismo vivo com programação periódica, promovendo o acesso a cultura, ao lazer e a discussão em torno de práticas sustentáveis.

<sup>13</sup> É um espaço de soluções em inovação cultural, social e artística, localizado no bairro do Grajaú, extremo sul de São Paulo, que atua por meio de troca de conhecimento, sustentabilidade, articulação e produção compartilhada.

sociólogo americano, “cidadanias insurgentes” são as diferentes formas de combate e enfrentamento encontrada nas periferias urbanas frente ao que nomeou de “cidadanias de entrincheiramento”, onde os trabalhadores pobres são forçados a morar nos lugares mais distantes da cidade. Trata-se de uma exclusão operada por um regime legal contraditório, onde a cidadania é inclusiva quando se trata dos deveres de todos, mas desigual, no que se refere aos direitos e benefícios, revelando assim, um sistema de privilégios naturalizado pelas classes dominantes.

Holston (2013, p. 208) nos afirma que:

Como acontece com a maior parte das questões de dominação, a periferia também denota lutas e, para muitos moradores, realizações individuais e coletivas sem precedentes. Esse significado se concentra precisamente nas questões de residência que condenaram as periferias [...], questões que ao longo da história ficaram à margem das arenas políticas tradicionais, o enfrentamento dessa desigual relação], que têm sido de fato mais eficazes na mobilização das classes trabalhadoras na luta por seus direitos de cidadania e no desenvolvimento de novas identidades culturais

Para Holston (2013), de modo geral, a urbanização dos pobres induziria uma pressão por mudanças, ao promover a inserção menos dependente dos periféricos no quadro jurídico formal social, exercendo em fim, sua cidadania por completo.

Destarte, a “cidadania insurgente” se aviva por meio de movimentos coletivos que garantem, de forma autônoma, seus serviços essenciais e seus mercados de consumo. Trata-se de um “direito à cidade”<sup>14</sup> (LEFEBVRE, 2001) por vias próprias que através de práticas cotidianas desordenam ou subvertem as agendas do Estado, ou seja, introduzem, na lógica formal da cidade, novas práticas que perturbam ou rompem com categorias normativas e aceitas da vida social. Permitimo-nos aqui, estender tal conceito à esfera de pertencimento e transformação da população periférica através das ações sociais ligadas ao grafite e adjacentes, entendendo que o mesmo se trata de uma versão democrática, se não democratizante, do direito à cidade.

Desse modo, tais ações dinamizam a paisagem periférica, e são entendidas como formas de resistência que, entre outros tantos fenômenos, constroem e continuam construindo a dinâmica heterogênea das periferias.

De modo particular, a ação proposta pelo Coletivo Imargem imprime formas diferenciadas de apropriação e uso do território. Trata-se, então, de uma arte acessível e politizada, focada na democratização da cultura e do direito à cidade, ressignificando o espaço em suas múltiplas dimensões, ou melhor, uma atuação contra-hegemônica, com foco na difusão da possibilidade de uma experiência urbana mais solidária e justa.

---

<sup>14</sup> Lefebvre define o direito à cidade como um direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana ao se referir da segregação sócio-econômica e seu fenômeno de afastamento. Ele refere-se à “tragédia dos *banlieusards*”, pessoas forçadas a viver em guetos residenciais longe do centro da cidade.

Imagem 1 – Grafites do Coletivo Imargem (região do Grajaú, São Paulo – SP)



### A ATUAÇÃO DO COLETIVO IMARGEM E O USO DIFERENCIADO DO TERRITÓRIO

O espaço, de materialidade intrínseca, é condicionado mas, ao mesmo tempo, condiciona a sociedade e, como ela é diferenciada de lugar para lugar, ficam asseguradas suas singularidades, apesar dos processos homogeneizadores engendrados em sua produção, principalmente no período atual de globalização.

A sociedade, apesar de condicionada pela materialidade, produz espaço através da criação dos objetos técnicos para atingir fins específicos, ou ainda, em outros termos, para satisfazer as necessidades criadas segundo a lógica do sistema produtivo em que se encontra.

Essa relação entre condicionamento pelo espaço e produção do espaço se dá de forma dialética e é nesse sentido que o conceito de território usado (SANTOS, 1994; SANTOS et al., 2000, 2012; SILVEIRA, 2009) é uma ferramenta significativa na tarefa de se analisar sistematicamente a constituição do território na medida em que incorpora todos os atores, constituindo-se, portanto, numa totalidade cindida em duas matrizes: de um lado, as materialidades (ou configuração territorial); por outro lado, as imaterialidades, constituídas pelas ações.

Silveira (1999, p. 25-26) nos auxilia em tal reflexão quando propõe que as dinâmicas diferenciadas dos pedaços do território devem ser analisadas levando-se em conta a operacionalidade do

conceito de “situações geográficas”. Uma situação geográfica pode ser entendida como o “resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais [...] modificando o dinamismo pré-existente e criando uma nova organização das variáveis”. Em cada lugar as situações geográficas dariam a coerência espacial e temporal dos eventos, isto é, “a situação geográfica cristaliza uma dada divisão territorial do trabalho e revela o caminho da instalação de uma nova divisão territorial do trabalho”.

Entendemos, portanto, que o espaço urbano é a materialização de ações que o transformam e são transformadas por ele, tornando possível a compreensão de vários aspectos da organização territorial.

No intuito de desenvolver tal abordagem, no que se refere à dimensão escalar, consideramos que o emprego do conceito de lugar seja indispensável para compreender o grafite como amálgama entre a sociedade local e o espaço em que vivem. Muitas contextualizações acerca do lugar são possíveis, mas optamos, neste trabalho, nos apropriar de algumas conceituações específicas para fundamentar nossa exposição sem, contudo, buscar o esgotamento do debate.

Segundo Carlos (2007, p.18):

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]. [...] o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade [...] que se dá por meio de formas de apropriação [...]. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida.

Apoiamo-nos, portanto, na afirmação de que o lugar é em sua essência, uma produção humana, permitindo-nos a reflexão sobre a potencia em que as ações do coletivo Imagem provocam no lugar, resignificando-o, criando, estabelecendo identidades territoriais em busca de cidadanias insurgentes.

Para Milton Santos (2013b, p. 114):

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que segundo Sartre é reveladora) essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto a busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntas. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa. Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo.

Logo, a produção da consciência, a negociação coletiva dos fins é possível graças à proximidade, uma vez que é o lugar o “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2012, p. 322).

A ação e concretude nos lugares dos agentes subalternizados, são explicitadas no território usado, ou como melhor esclarece Cataia et al (2010), é o lugar o portador da efetivação desses usos, é o território sendo usado, destacando a atualidade em processo de totalização. Trata-se da tentativa de mostrar como o “homem lento”<sup>15</sup> (SANTOS, 2012) pratica o território.

As ações do coletivo Imargem cruzam com a definição do “homem lento” quando analisadas pela ótica da resistência à fragmentação das identidades imposta pela globalização, tecendo criativamente a solidariedade no lugar. Segundo Ribeiro (2005, p.12460) é no espaço do cotidiano que o “homem lento” adquire a potência das territorialidades resistentes:

[...] a indissolubilidade espaço-tempo exige que a compreensão do território (territorialidades) envolva o cotidiano, esta temporalidade formada por continuidade alienada e permanentes micro rupturas e desvios práticos. É nesta temporalidade que se afirma o “homem lento”, conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências que emergem nos espaços clean e nas grandes superfícies da última modernidade. É na agência cotidiana que o “homem lento”, conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Assim, é na espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire a potência das territorialidades resistentes, transformando o acaso – valorizado pelos pós-modernos – em projeto realizado e, ainda mais, em tecido social.

Assim sendo, são as territorialidades resistentes que, por fim, possibilitarão uma nova racionalidade ao espaço. Cabe pontuar, enfim, que o objeto aqui estudado é apenas uma parte de um organismo de transformação muito maior. Boaventura de Sousa Santos (2002, p.27) nos remete a inflexão do “senso comum” em busca de uma teoria crítica concreta na encruzilhada da modernidade e nos alerta que:

Em primeiro lugar não há princípio único de transformação social [...] Não há agentes históricos únicos nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces da dominação e da opressão e muitas delas foram irresponsavelmente negligenciadas [...] Sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam. Na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sobre a alçada de uma grande teoria em comum. Mais do que de uma teoria em comum, o que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutualmente inteligíveis e permitam aos actores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações a que os animam.

<sup>15</sup> O “homem lento” é personagem elaborada por Milton Santos em sua discussão sobre técnica, espaço, tempo. Personifica o homem comum, pobre, do lugar, que, no ambiente das metrópoles emergentes, resiste às forças verticais, externas, da globalização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao potencial teórico exposto pelo presente artigo, ressaltamos a importante relação que as ações do Coletivo Imargem podem adquirir com as dinâmicas do espaço. Tal relação se efetiva no lugar, lócus da convivência, da interação, da transformação, da motivação por mudança, do pertencimento e da possibilidade de um novo uso do território.

É na trama encenada no lugar que a particularidade se manifesta frente à globalidade. É no arcabouço da vida comum, o campo privilegiado para a construção de novos valores, percursos, solidariedades. É no lugar que emerge uma nova forma de existir. Trata-se da oposição à interpretação urbana vista somente de fora para dentro - ou do centro para a periferia -, criadora de estereótipos e pré-conceitos.

É no reflexo do impacto dessas ações sobre o lugar, que se modifica a dinâmica pré-existente, criando um novo sistema de organização. São a partir dessas situações geográficas, que destacamos nas ações do Coletivo Imargem, a possibilidade do estabelecimento da comunicação, da (re)criação de laços sociais e da sociabilidade entre indivíduos e grupos que compartilham experiências similares, do resgate de valores simbólicos, de um passado em comum, permitindo, com isso, a ampliação da negociação coletiva dos fins.

É, pois, na negociação coletiva dos fins que estão as possibilidades de tradução das demandas locais, da real apropriação e da transgressão da ordem estabelecida pelo centro hegemônico, permitindo novos traços de cidadania levando em conta diferentes racionalidades, como vislumbra uma dos temas propagado pelo Coletivo Imargem que diz: “se a gente nasceu ou faz a maioria das nossas atividades na margem, então a margem é que deve ser vista como o centro” pois “pensando a malha urbana como um grande machucado no território, é a partir da margem que inicia sua cicatrização”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007
- CATAIA, Márcio et al. Território e nação: novos usos do território no Brasil. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. Boitempo, São Paulo, 2006
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução: Claudio Carina. Cia das Letras, São Paulo, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: O Mercado socialmente necessário. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 2005
- SÁ, Werther Lima Ferraz de. Autoconstrução na cidade informal. 2009. 169f. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2009.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição pragmática**. V.1: Crítica a razão indolente: contra o desperdício da experiência, 4.ed. São Paulo. 2002
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, Tempo: Globalização e meio Técnico-científico-informacional** (1º. Ed., 1994). 5º. Ed., 1ª Reimpr., São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. (1º. Ed., 2000). 23º. Ed., Rio de Janeiro: Record. 2013b
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 4º. Ed., 7ª Reimpr., São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2012
- SANTOS, Milton et al. O Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis, Julho de 2000.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1994, p. 15-20.
- SILVEIRA, Maria Laura Silveira. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In VIANA, Ana Luisa d'Ávila; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (Org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2009.
- SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In **Revista Território**, ano IV, n. 16, jan./jun. 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Pereira, D. B. & Martins, Belo Horizonte, 2006.
- MARICATO, Erminia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MEYER, Regina Maria Properi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo metrópole**. São Paulo, Edusp, 2004.
- TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.4, 2001